

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMO FERRAMENTA DE RUPTURA À EDUCAÇÃO RURAL

Lucas Casimiro Soares Ferreira¹
Matheus Casimiro Soares Ferreira²
Meubles Borges Júnior³

Resumo:

O presente trabalho busca evidenciar o resultado de uma pesquisa textual sobre a história da educação no campo brasileiro, para isso, destaca a inadequação da Educação Rural aos povos camponeses e os interesses dominantes ligados a esse modelo educacional. Evidencia ainda a relevância da Educação do Campo como movimento que se propõe a lutar por novos e pela efetivação direitos negados historicamente aos camponeses. Desta forma, destaca-se a Pedagogia da Alternância como modelo pedagógico que objetiva promover o desenvolvimento humano e local, e logo, contempla os princípios e ideais defendidos pela Educação do Campo.

Palavras Chaves: Educação Rural; Educação do Campo; Pedagogia da Alternância.

INTRODUÇÃO

A educação, assim como outros direitos, é um dos elementos de soberana importância na formação e vida de qualquer pessoa. No entanto, tem sido ao longo da história brasileira instrumento de controle, de formação de mão de obra qualificada para o mercado, bem como, fonte de produção e reprodução de ideais, servindo para a formação contínua da nova massa de intelectuais da classe hegemônica e na manutenção de servos adequados ao sistema.

Como Mészáros (2008) atesta, a educação no reino do capital se tornou uma mercadoria de grande relevância para o sistema, pois nos últimos 150 anos tem servido tanto para preparar o pessoal e conhecimento necessários à máquina do capital, como sendo um forte instrumento de transmissão de valores que legitimam os interesses dominantes.

Sistema esse que ao longo da história tem causado uma diferenciação sumária entre Campo e Cidade, tornando-os espaços antagônicos. Cidade como local de desenvolvimento, civilização e etc., e Campo como espaço de pobreza, miséria, atraso e atualmente de empecilho ao tão propagado “desenvolvimento”. Essa diferenciação tem possibilitado uma

¹ Discente do Curso de Ciências Humanas e bolsista do Programa de Educação Tutorial da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. lucascasimiro_@hotmail.com

² Discente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. matheuscasimiro1234_@hotmail.com

³ Professo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e Tutor do Programa de Educação Tutoria (PET) da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. meublesbjr@gmail.com

intensa segregação social, bem como, a propagação de estigmas sócias dos mais variados ao longo da história sobre os povos camponeses.

Ao longo da história brasileira, e mais especificamente até a década de 1980, a maior parte da população habitou no meio agrário, entretanto, pouquíssimos são os registros de educação no meio rural. Quando aparece no ordenamento jurídico, na maioria das vezes teve o objetivo de potencializar os interesses dominantes. Sendo, com raras exceções, uma educação descontextualizada, hierarquizada, sem a preocupação de promover o desenvolvimento humano e local. Segundo Cavalcante (2011) em 1934, pela primeira vez, a educação no meio rural foi mencionada; em 1950, teve algumas ações mais concretas, no entanto, restritas a alfabetização das populações camponesas; em 1960, vários movimentos em defesa de uma educação para o campo, se fizeram presente. Infelizmente, logo foram barrados pela ditadura militar de 1964, que freia movimentos sociais em emergência.

A Pedagogia da Alternância com seu surgimento na década de 1960, tem se mostrado ao logo de sua curta história uma proposta educacional adequada para o meio rural. Sendo uma educação pensada para e com o apoio dos sujeitos do campo. Este modelo de ensino alterna tempos de formação como forma de ofertar uma troca contínua entre saberes tradicionais e teóricos, possibilitando uma maior interação e aprendizagem dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Conhecendo a histórica segregação que os Camponeses vêm passando, este artigo mostra-se como uma abordagem histórica/conceitual de documentos e referências teóricas na investigação da educação do e no Campo. Assim sendo, tem-se como objetivo realizar uma abordagem sobre a histórica Educação Rural, apresentando a Educação do Campo e, sobretudo a Pedagogia da Alternância como ferramenta de ruptura a tradicional educação das escolas Rurais.

O trabalho em questão utiliza dos métodos de investigação documental e bibliografias referentes à educação ao longo da história brasileira, buscando compreender como tem sido a atuação da educação aos camponeses e realçando a Adequação da Educação do Campo e especificamente a Pedagogia da Alternância como educação adequada à realidade dos sujeitos do meio rural.

Marconi; Lakatos (2003) ressaltam que a pesquisa documental tem como principal característica a coleta de dados em documentos. Ainda segundo Marconi; Lakatos (2003) e Gil (2008), a pesquisa bibliográfica compreende toda literatura, tudo o que já foi escrito sobre

o assunto tornado público, o que possibilita uma vasta compreensão sobre o assunto, o que não significa esgotamento do tema. “Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

A EDUCAÇÃO RURAL

A história brasileira tem como uma de suas características a negação de direitos elementares à vida de homens e mulheres, onde o acesso à saúde, infraestrutura, educação, moradia de qualidade, tem sido privilegio de poucos. Quando se leva em consideração especificamente a história da educação brasileira aos camponeses, a situação é ainda mais crítica, pois estes foram e ainda são marginalizados quando o assunto é educação de qualidade. Isso por que

Fundamentada num modelo urbanocêntrico, europeu e escravocrata, a Educação brasileira se desenvolveu de forma alheia à realidade rural e agrícola do Brasil. Assim, a educação do meio rural foi silenciada por mais de quatro séculos e quando aparece no ordenamento jurídico brasileiro se vincula a uma concepção salvacionista ou compensatória da educação, voltada aos interesses da elite e não como um instrumento de emancipação dos camponeses. (CAVALCANTI, 2011, p. 01-02).
 Grifo do autor.

Cavalcante e Rocha (2011, p 01) atestam que “a concepção de educação que historicamente pautou as iniciativas educacionais para o meio rural fundamentou-se no projeto de desenvolvimento modernizante da agricultura (revolução Verde) que tomou corpo no Brasil a partir da década de 60 do século passado”. O que demonstra que a educação para o meio rural foi pensada para atender aos interesses elitista que vislumbrava a expansão do mercado para o campo. Para isso, se fazia necessária a dominação da massa camponesa, uma vez que até a década de 1980, a maior parte da população brasileira residia no campo. Desta forma, a Educação Ruralista, foi instrumento estratégico para as necessidades do capital em expansão. Assim sendo, “esse projeto [...] significou sobretudo, a implantação de um modelo de desenvolvimento excludente, que representou o que Bernardo Mançano (2004) chama de desterritorialização do campo do camponês para a territorialização do campo para o mercado; para o agronegócio⁴” (CAVALCANTE e ROCHA, 2011, p. 02)

⁴ O termo [agronegócio] foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológica) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial [...]comercial e de serviços (LEITE e MEDEIROS, 2012, p 79).

Neste contexto não é de se estranhar que quando os movimentos sociais camponeses ao reivindicarem os direitos previstos em lei ou mesmo a efetivação destes no plano real sejam vistos como baderneiros e que estão em busca de regalias, pois a ideia construída historicamente é que

[...] para a escolinha rural qualquer coisa serve. Para mexer com a enxada não há necessidade de muitas letras. Para sobreviver com uns trocados, para não levar manta na feira, não há necessidade de muitas letras. Em nossa história domina a imagem de que a escola do campo tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler ensina alguém a não saber quase ler (ARROYO, 2005, *apud*(RAMAL, 2016, p 19).

A concepção de que qualquer coisa serve para quem vive no campo tem sido propagada fortemente pelo que se denomina de “Educação Rural”, que age justamente com objetivo de adequar camponeses aos propósitos e ideologias da classe hegemônica em diferentes épocas. Neste sentido, é um modelo de educação que visa à manutenção e construções de determinações históricas, ou seja, criar um conformismo em massa. Isso por que “as origens históricas da formação social e política do Brasil são demarcadas por fortes segregações e períodos de intensa exclusão do povo brasileiro num projeto nacional de sociedade que tem que buscar a participação de seus cidadãos.” (RAMAL, 2016, p 32). Junto a essa questão, Oliveira e Campos atestam que

[...] a educação rural sempre foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivíssimo e á idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade, a educação rural desempenhou de inserir os sujeitos do campo na cultura capitalista urbana, tendo um caráter marcadamente ‘colonizador’[...] (OLIVEIRA e CAMPOS, 2012, p 238).

A simples existência geográfica do “conhecimento sistematizado na figura da escola” (FERREIRA, BORGES JÚNIOR, 2016) não significa a efetivação de uma educação de qualidade, crítica, libertária e humanizadora aos povos camponeses, mas tem sido, com raras exceções, instrumento extremamente estratégico para os interesses dominantes, uma vez que dissemina o campo como local de pobreza, de atraso e a cidade como bem maior. Neste sentido, desencadeia o esvaziamento do campo, facilitando a implantação de grandes projetos desenvolvimentistas.

Portanto, nessa lógica de desenvolvimento, o campo não é visto como espaço de vida, de cultura, de produção do saber, mas como espaço de produção de mercadorias, onde impera a lógica do mercado. Para este projeto de desenvolvimento não faz sentido investir em políticas públicas estruturantes nesse espaço, pois o ideário que norteia tais políticas é de um campo sem gente (CAVALCANTE e ROCHA, 2011, p 02).

A Educação Rural tem como uma de suas principais características o desrespeito à cultura e saberes camponeses, pois não leva em consideração no processo de ensino aprendizagem, a realidade dos sujeitos envolvidos na ação educativa como parte elementar de uma educação de qualidade. Logo, impõe um currículo pronto e acabado, construído em gabinetes e salas fechadas, por agentes totalmente alheios à realidade camponesa e para o espaço citadino, e assim, renega os camponeses como atores construtores do conhecimento, o que a torna uma educação Bancária, que tem como objetivo o simples depósito/transmissão (FREIRE, 2011) de conteúdos programáticos aos sujeitos do campo, sendo desta forma um modelo de educação prescritiva ⁵. Assim

[...] longe de se colocar a serviço da emancipação social, econômica, política e cultural dos sujeitos do campo, historicamente se fez (e ainda se faz) a serviço dos interesses da classe dominante, porque domestica e descaracteriza os sujeitos de sua identidade camponesa, confunde-os e faz-lhes submissos por meio do sentimento de inferioridade. (CAVALCANTE e ROCHA, 2011, p. 03)

Segundo Jean-Paul Sartre (1943, 1970) os homens não são seres determinados e tem a liberdade como um princípio absoluto, sendo condenados a liberdade como destaca o autor referenciado acima. Neste sentido, o homem é construtor de sua própria história. No entanto, com o desenvolvimento dos meios de produção (sistema de produção capitalista), o homem utiliza de sua liberdade e constrói historicamente involuntariamente os meios necessários à sua própria determinação. Meios esses que uma pequena minoria da sociedade se apropria criando mecanismos de fortalecimento e reprodução dessas determinações. Ou seja, propaga uma ideologia como necessária e indispensável à vida de homens e mulheres e neste caso têm justamente, a influência maçante da ideologia resultante do papel da técnica e ciência como elementos atuais desse processo de determinação subjetiva dos homens.

⁵ Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência 'hospedeira' da consciência opressora. Por isto, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. (FREIRE, 2011, p 46)

A Educação Rural contribuiu e continua contribuindo fortemente com a manutenção e propagação da ideologia dominante, atribuindo a situação de miséria e pobreza histórica do campo aos camponeses e conseqüentemente eximido o Estado de suas responsabilidades. Com isso, atua como agente de legitimação da exploração, invasão de territórios tradicionais por grandes empresas nacionais e multinacionais que pregam o tão propagado “Desenvolvimento”. Somando-se a essa questão, Martins e Neves (2012) reforçam que “nesse processo, mesmo sentindo os efeitos da exploração de classe em seu cotidiano, os dominados passam a acreditar que sua condição de vida/trabalho é imutável, ou que pode ser mudada exclusivamente pelo esforço pessoal e/ou pela ‘humanização’ do capitalismo” (MARTINS e NEVES, 2012, p 539). Ainda neste sentido, Paulo Freire (2011) afirma que

Quase sempre este fatalismo está referido ao poder do destino ou da sina ou do fado – potenciais irremovíveis – ou a uma distorcida visão de Deus. Dentro do mundo mágico ou místico em que se encontra, a consciência oprimida, sobretudo, camponesa, quase imersa na natureza, encontra no sofrimento, produto da exploração em que está, a vontade de Deus, como se Ele fosse o fazedor desta ‘desordem organizada’. (FREIRE, 2011,p. 68)

A Educação Rural falha quando se limita a mera transmissão de conteúdos programáticos, sem a preocupação de potencializar o desenvolvimento local por meio de uma educação contextualizada que possa desenvolver a consciência crítica e conseqüentemente a libertação do estado de opressão dos camponeses. Sendo justamente por isso que ela

[...] funcionou [e ainda funciona] como um instrumento formador tanto de uma mão de obra disciplinada para o trabalho assalariado rural quanto de consumidores dos produtos agropecuários gerados pelo modelo agrícola importado. Para isso, haveria a necessidade de anular os saberes acumulados pela experiência sobre o trabalho com a terra, como o conhecimento dos solos, das sementes, dos adubos orgânicos e dos defensivos agrícolas (RIBEIRO, 2012, p 296).

A não aceitação desse modelo determinista de sociedade que tem o campo como local de atraso e a escola como agente legitimador de tais ideais se constitui como uma luta pela libertação de diversas populações campesinas que almejam uma educação contra-hegemônica. Sendo justamente isso que proporciona uma diferenciação sumária entre Educação do Campo e Educação Rural (OLIVEIRA, CAMPOS, 2012).

Portanto a Educação do Campo constitui-se como um movimento de extrema importância na construção de uma sociedade fundamentada na igualdade e justiça, em que os

sujeitos envolvidos na Ação Educativa possam liberta-se das determinações históricas construídas pelos próprios homens. E assim, se contrapõe ao modelo de Educação Rural que

[...] exclui a esmagadora maioria da humanidade do âmbito da ação como *sujeitos*, e condena-os, para sempre, a serem apenas considerados como *objetos* (e *manipulados* no mesmo sentido), em nome da suposta superioridade da elite: ‘meritocracia’, ‘tecnocrática’, ‘empresarial’, ou o que quer que seja. (MÉSZÁROS, 2008, p 49).

A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO MOVIMENTO DE RUPITURA A EDUCAÇÃO RURAL

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2012, p 121).

Sem sombra de dúvidas o reconhecimento da educação como direitos de todos na Constituição Federal de 1988 foi uma grande conquista da sociedade como um todo. No entanto, “[...] a mera declaração do direito à igualdade não faz existir os iguais, mas abre o campo para a criação da igualdade através das exigências e demandas dos sujeitos sociais” (CHAUÍ, 2003, *apud* MOLINA, 2012, p 590). Neste sentido, a Educação do Campo se constitui como um movimento de sumária importância na luta pela efetivação da igualdade no plano concreto. Com isso,

Conceber a educação como um direito humano significa incluí-la entre outros direitos necessários à realização da dignidade humana plena. Assim, dizer que algo é um direito humano é dizer que ele deve ser garantido a todos os seres humanos, independentemente de qualquer condição pessoal. Esse é o caso da educação, reconhecida como direito de todos após diversas lutas sociais, posto que por muito tempo foi tratada como privilégio de poucos (HADDAD, 2012, p 215).

Faz-se necessário romper com esse modelo de sociedade marcadamente paternalista que se fundamenta na desigualdade social, política, econômica dos sujeitos em benefício de um pequeno grupo, na tentativa de construir uma sociedade justa, em que Cidade e Campo⁶ não sejam vistos como espaços antagônicos.

⁶ A concepção de Educação do Campo, em substituição à Educação Rural, entende campo e cidade enquanto duas partes de uma única sociedade, que dependem uma da outra e não podem ser tratadas de forma desigual (CAVALCANTE E ROCHA, 2011, p. 04).

O paradigma da educação do campo visa compreender a relação campo/cidade como ‘complementaridade: *cidade não vive sem o campo e que não se vive sem a cidade*’ (MOLINA; FERNANDES, 2004, 68). Neste sentido, a educação rural liga-se ao campo do agronegócio – *agro-negócio*, expropriando o trabalhador rural de seus direitos, expulsando-o da terra para a marginalização. Em contraposição a essa lógica perversa, a Educação do Campo só tem sentido e significado, porque está vinculada ao campo da agricultura camponesa – *agri-cultura*. (ROCHA, 2011, P 75).

Assim sendo, a Educação se constitui como uma ferramenta de destaque, pois as instituições educacionais podem contribuir com um novo modelo de sociedade mais humano e comprometido com um ambiente mais fraterno, ou simplesmente continuar com o processo de desvalorização e segregação social.

O destaque atribuído a Educação⁷ como elemento de transformação social é pelo fato de proporcionar o desenvolvimento de autonomia e criticidade que são fundamentais na busca por novos e pela efetivação de outros direitos fundamentais, como saúde, infraestrutura, outros. Assim sendo, a Educação do Campo apresenta-se com grande destaque na luta pelo rompimento de abusos históricos que recaem sobre o campo, uma vez que defende um modelo pedagógico libertário. Neste sentido, a Educação do Campo “assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas mais abrangentes ou mesmo de embate entre diferentes lógicas de formulações e de implementação da política educacional brasileira” (CALDART, 2012, p. 261).

A Educação do Campo se contrapõe ao modelo de Educação Rural, pois defende um modelo pedagógico que leve em consideração a realidade e sujeitos envolvidos no processo educativo, tendo o dialogo recíproco entre educadores e educandos como uma de suas características fundamentais. Assim, defende o acesso universal do conhecimento e a busca por novas práticas inovadoras que possa potencializar o desenvolvimento crítico dos camponeses. “Enfim, uma educação que possibilite uma intervenção consciente do indivíduo no processo histórico, o que implica a defesa do vínculo orgânico entre processos educativos, processos políticos, econômicos e culturais” (CAVALCANTE, 2011, p. 13). Com isso,

A educação do campo vem se afirmando como ação político-social, em defesa de um país soberano e independente, vinculada à construção de um projeto de

⁷ A educação escolar é a base constitutiva na formação das pessoas, assim como auxilia na defesa e na promoção de outros direitos. Por isso, também é chamada um *direito de síntese*, por que ao mesmo tempo que é um fim em se mesma, ela possibilita e potencializa a garantia de outros direitos, tanto no sentido de exigí-los quanto no de desfrutá-los [...](HADDAD, 2012, p 216).

desenvolvimento, no qual a educação é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade. Essa concepção se opõe ao modelo de educação rural vigente nas escolas localizadas no campo, pois nela, a escola torna-se um espaço de reflexão crítica para que se levantem as bases para a elaboração de uma outra proposta de educação e, portanto, de outro modelo de desenvolvimento do meio rural. (CAVALCANTE, 2011, p 12)

O movimento da Educação do Campo apesar de ser novo⁸ vem mostrando o seu papel e sua importância na luta junto aos camponeses, pois se propõe a romper com o modelo de educação determinista que tem a prescrição e narração de conteúdos como métodos, tratando os sujeitos envolvidos no processo educativo, como recipientes que devem ser preenchidas de conteúdos (FREIRE, 2011).

É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto sob a forma de recipiente para encher e amontoar com dados empíricos, com fatos ao acaso e desconexos, que ele depois deverá arrumar no cérebro como nas colunas de um dicionário para poder então, em qualquer altura, responder aos vários estímulos do mundo externo (GRAMSCI, 2010, p 52).

A Educação do Campo se contrapõe ao modelo de educação ruralista, que historicamente vem sendo um dos elementos que provoca segregação social. Isso pelo fato de “[...] a educação rural projeta um território alienado porque propõe para os grupos sociais que vivem do trabalho da terra, um modelo de desenvolvimento que os expropria” (MOLINA; FERNANDES, 2004, *apud* ROCHA, 2011, p 74).

Duarte (2008, p.37) destaca que é obrigação do Estado assegurar políticas diferenciadas para garantir o acesso à educação, aos grupos sociais com maior dificuldade. Desta forma, o movimento em defesa de uma Educação do Campo, (que não se restringe simplesmente a busca por educação de qualidade) não busca privilégios e regalias aos povos camponeses, mas a efetivação de direitos universais negados historicamente. Assim “a garantia de acesso diferenciado à educação não é um privilégio, mas sim uma política que pode ser justificada racionalmente a partir de uma situação de desigualdade” (DUARTE, 2008, p 37).

É importante salientar que a Educação do Campo não se propõe a transformar os opressores de hoje nos oprimidos de amanhã e os oprimidos de hoje nos opressores do futuro, mas almeja justamente a construção de uma sociedade sem sobreposição de classe. Portanto,

⁸ [...] foi no final da década de 1990, que o conceito de Educação do Campo começa a ser construído, trazendo uma nova concepção de educação para o meio rural brasileiro. P 05

bem como enunciado acima, a Educação do Campo defende um modelo pedagógico libertador, que desenvolva a criticidade, tornando os sujeitos capazes de compreender o contexto e determinações históricas em que estão inseridos e que são capazes de mudar a situação em que vivem. Ou seja, possibilitar a compreensão de que são e podem ser construtores de sua própria história.

Em grande parte, a Educação Rural se caracteriza como mera extensão de uma educação pensada por e para sujeitos do ambiente citadino, levada ao campo de forma pronta e sendo imposta aos camponeses [...]. Em contraposição, a Educação do Campo⁹ nasce das experiências camponesas de resistência em seus territórios (FERNANDES, 2008, p 41).

Para o modelo de desenvolvimento que tem a agricultura massivamente tecnificada, com a utilização de agrotóxicos, sementes melhoradas geneticamente, uso intensivo de máquinas com a produção voltada para exportação é “[...] a educação rural e não a Educação do Campo, que deve retornar a agenda do Estado, reciclada pelas novas demandas de preparação de mão de obra para os processos de modernização e expansão das relações capitalistas na agricultura[...]” (CALDART, 2012, p 260-261), pois para as grandes oligarquias rurais o território ideal é vazio, sem escolas, sem gente. Isso pelo fato de “nos debates que lhe tem constituído, a Educação do Campo reafirma e revigora uma concepção de educação de perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social humana de longo prazo” (CALDART, 2012, p 262) totalmente contrário aos interesses dominantes. Estes tem utilizado como uma das estratégias de manipulação social a dominação pelo convencimento que tem sido um traço marcante das sociedades capitalistas contemporâneas (MARTINS e NEVES, 2012).

Nesta perspectiva a Pedagogia da Alternância apresenta-se como um modelo pedagógico com grande destaque rumo a efetivação dos ideais propostos pelo movimento em defesa de uma Educação do Campo.

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

⁹ A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. (Caldart, 2008, p 71)

A história da Pedagogia da Alternância no Brasil é bastante recente, nascida a partir da década de 1960, enfrentado de início um período bastante conturbado da política brasileira com a ditadura militar. No entanto, a Pedagogia da Alternância tem se mostrado como uma importante estratégia educativa para o campo.

A surpreendente história das EFA's, conforme afirmações de Nové-Josserand (1998), é mais que uma história de educação. É uma história que envolve as problemáticas relacionadas ao universo camponês nas suas dimensões ecológicas, políticas, econômicas, sociais, profissionais e culturais. Ela é o resultado de confluências de desejos, sonhos e esperanças de pessoas e organizações sociais, frente aos infortúnios comuns enfrentados no campo. (BEGNAMI, 2004, p 03).

A Pedagogia da Alternância é um modelo pedagógico que alterna tempos e espaços formativos objetivando promover uma formação diferenciada da histórica Educação Rural. Ou seja, um modelo pedagógico que contempla os princípios defendido pela Educação do Campo. Neste sentido, mostra-se como uma forma de efetivação de uma educação pensada para e com a participação dos camponeses.

Contrária ao modelo de educação tradicional, que em suma maioria promove a formação das pessoas em estruturas fechadas de uma escola a Pedagogia da Alternância se propõe a extrapolar

[...] o espaço físico da escola, entendendo que no movimento da alternância de tempos e espaços, base da Educação do Campo, a escola está em permanente diálogo com outros espaços e tempos dos sujeitos do campo, como suas famílias, suas comunidades, suas cooperativas, etc. Onde também há produção de conhecimentos que podem fundamentar uma nova matriz produtiva. (MICHELOTTI, 2008, p 94)

A Pedagogia da Alternância por transcender as estruturas fechadas das escolas, interagindo com as comunidades e famílias dos sujeitos envolvidos no processo de educação formal, contempla uma grande realidade e desafios. Assim sendo, “[...] a alternância é definida como uma pedagogia de relações, ou seja, relações entre instituições, sujeitos, diálogo entre os diferentes saberes e a utilização de metodologias participativas nos processos de formação, numa perspectiva dialética ou dialógica” (BEGNAMI, 2011, p 17). Somando-se a esta questão Gimonet diz que a alternância, “[...] enquanto pedagogia da complexidade, supõe aceitar o incerto, o imprevisto, o aleatório que surge da vida e de cada alternante” (GIMONET, 2007, p 16-17). Com isso, é contrária ao modelo de Educação Rural que “[...] Caracteriza-se pela primazia dada ao programa e, conseqüentemente, aos saberes a serem

ensinados para atingir a cultura e os degraus de conhecimento sancionados pelas provas de cada ciclo” (PUIG CALVÓ; GIMONET, 2013, p. 40).

A Pedagogia da Alternância se propõe a promover uma educação que possa contemplar os sujeitos que vivem no campo, objetivando o desenvolvimento da criticidade e autonomia destes, para que possam lutar ativamente pelos seus ideais e direitos negligenciados historicamente pelo Estado. Portanto, promovendo o desenvolvimento de autonomia estará fortalecendo os territórios contra o processo de territorialização do Capitalismo que se apresenta fortemente com a denominação de Agronegócio. Pois,

A autonomia, isto é, a capacidade de um grupo de ‘dar a si próprio a lei’ (em outras palavras, de autogerir-se e autogovernar-se, livre de hierarquias institucionalizadas e assimetrias estruturais de poder e da atribuição da legitimidade do poder a alguma fonte transcendental e externa ao grupo) [...](SOUZA, 2009, p 68)

A Pedagogia da Alternância vem consolidando a efetivação de uma educação do/no campo, logo contribuindo com a amenização do êxodo rural tão disseminado pela pedagogia do Capital¹⁰. Isso pelo fato, de que “muitas vezes, estudar na cidade era uma oportunidade para sair do campo. Por isso a iniciativa de uma escola diferenciada para reverter o processo e não precisar sair do campo para estudar e nem estudar para sair do campo” (BEGNAMI, 2004, p 04).

Neste movimento de alternância de tempos e espaços educativos, possibilita a efetivação da Práxis, e assim, uma troca contínua entre teoria e prática promovida pelos diversos agentes envolvidas no movimento da Pedagogia da Alternância.

[...] ‘a melhor maneira de refletir é pensar a prática e retomar a ela para transformá-la’; ‘pensar o concreto e não pensar os pensamentos’, a formação autêntica promover autonomia e dialogicidade, podemos concluir que os princípios freirianos fundamentam as experiências brasileiras de educação em alternância (BEGNAMI, 2004, p 17).

Neste processo, a pedagogia da Alternância se caracteriza, nas palavras de Paulo Freire (2011), como uma educação de cunho problematizadora, em um processo autenticamente reflexivo, implicando a promoção da criticidade e autonomia dos sujeitos

¹⁰ Por pedagogia do capital, entendemos as estratégias de dominação de classe utilizadas pela burguesia a fim de obter o consentimento do conjunto da população para o seu projeto político nas diferentes formações sociais concretas ao longo do desenvolvimento do capitalismo monopolista (capitalismo nos séculos XX e XXI). (MARTINS e NEVES, 2012, p 538-539)

envolvidos no processo educativo. Almejando o desenvolvimento político, social, econômicos e cultural dos camponeses. Sendo que, “O desenvolvimento tem por objetivo o ser humano integral. [...] E o processo de desenvolvimento, como a expansão da liberdade ou simplesmente como a conquista de uma vida melhor” (MARIRRODRIGA, 2013, 73).

Diríamos que o sistema de Alternância caracteriza-se por ser capaz de conectar, articular, priorizar, construir, transferir informações, conhecimentos e saberes. Não se trata então de consumir conhecimentos, senão de produzi-los. [...] Essa é a ambição da Pedagogia da Alternância: permitir uma aprendizagem contínua de caráter científico, uma cultura contínua, sem ser presa na escola. Em outras palavras: a educação da aprendizagem permanente ao longo da vida. (PUIG CALVÓ; GIMONET, 2013, p. 53)

A Pedagogia da Alternância ao contemplar os interesses e realidade camponesa, busca promover uma forma de desenvolvimento sustentável, onde os trabalhadores rurais não sejam obrigados a se submeter ao processo da expropriação da sua força de trabalhos nos ambientes citadinos e agrários. Neste sentido, a formação em Técnico em Agropecuário dos filhos de camponeses proporciona a efetivação de assistência técnica de qualidade e adequada à lógica camponesa. Assim sendo, a uma introdução de conhecimentos técnicos sobre os cultivos de alimentos e criação de animais sem a eliminação dos saberes tradicionais, mas pelo contrário, passa a ter troca de conhecimento sistematizado com saberes práticos e tradicionais. E com isso, dá a oportunidade aos agricultores terem acesso a uma política de assistência que historicamente tem estado a servido das grandes propriedades agrícolas.

[...] na maior parte das vezes, as políticas de crédito e assistência técnica têm se configurado como forças indutoras de uma matriz científico-técnica baseada na racionalidade industrialista do capital e contrária à racionalidade camponesa, que pode levar à inviabilidade da sua reprodução social e à destruição do meio ambiente. (MICHELOTTI, 2008, P 91-92)

Portanto, a Pedagogia da Alternância se contrapondo ao modelo de Educação Rural que tem sido um agente propulsor do esvaziamento do campo em benefício da erradicação do atraso atribuído historicamente ao campo. Ou seja, propõe o tão propagado desenvolvimento que está associado ao

[...] crescimento, especialização, industrialização, acumulação de capital, planejamento, modernização e ajuda externa. Para justificar a expansão da economia do desenvolvimento e de Terceiro Mundo, e criou-se todo um aparato institucional/financeiro (Banco Mundial, FMI, OMC) e profissional (burocratas e consultores experts) a fim de disseminar a sua ideologia e implementar os

mecanismos e programas capazes de levar à redenção do desenvolvimento modernizante aos recantos pobres e subdesenvolvidos do planeta. Entre os objetivos, naturalmente, insere-se a chamada modernização da agricultura, transvertida hoje do termo moderno-global do agronegócio. (MAZZETTO, 2013, 85).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, percebe-se que a Educação é um elemento fundante para a construção e promoção da cidadania, sendo um direito que promove a efetivação de outros direitos básicos e fundamentais como saúde, infraestrutura, entre outros. Com isso, muitos são os interesses que buscam a apropriação do processo de educação formal, pois estes podem ser uma ótima ferramenta de libertação de determinações históricas que se aplicam ao homem, bem como, instrumento de legitimação da opressão, da forte segregação social de alguns grupos. É elemento estratégico tanto para os interesses dominantes como para a construção de uma outra sociedade que fuja dos princípios capitalista.

A Educação do Campo recebe grande destaque por considerar a realidade dos sujeitos envolvidos e buscar a construção de uma sociedade fundamentada no diálogo que insere o indivíduo no processo histórico de forma consciente, para uma vivência de fraternidade humana. Neste sentido, a Pedagogia da Alternância vem sendo o modelo pedagógico que tem se proposto a efetivação dos ideais defendidos pela Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da república Federativa do Brasil**. 35. Ed. Brasília. DF: Câmara dos deputados, 2012.

BERGNAMI, J. B. **Uma Geografia da Pedagogia da Alternância no Brasil**. Documentos pedagógicos. UNEFAB, 2004.

BEGNAMI J. B. **Sistematização do plano nacional de formação das famílias e do curso de formação de lideranças de organizações rurais - curso flor - formalizados pelos centros educativos familiares de formação em alternância no brasil**. Brasília, DF, Outubro de 2011.

CALDART. R. S. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, C. A. (org.) **Por uma educação do campo: Campo – políticas públicas – Educação**. 7. Ed. Brasília: NEAD especial, 2008, p. 67-86.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: _____; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (org.) *Dicionário da Educação do Campo*. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão popular, 2012. p. 257-265.

CAVALCANTI, C. R. **O movimento pela educação do campo: contexto histórico e fundamentos políticos pedagógicos.** Texto I. EDUFMA, São Luís. 2011.p. 1-14.

CAVALCANTI, C. R. ROCHA, H. O. **Educação rural e educação do campo: paradigmas e territórios em disputa.** Texto II. EDUFMA, São Luís. 2011. p. 1-6.

DUARTE, Clarice Seixas. **A Constitucionalidade do Direito à Educação dos Povos do Campo.** In: SANTOS, C. A. (org.) Por uma educação do campo: Campo – políticas públicas – Educação. 7. Ed. Brasília: NEAD especial, 2008, p. 33-38.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Território Camponês no Brasil.** In: SANTOS, C. A. (org.) Por uma educação do campo: Campo – políticas públicas – Educação. 7. Ed. Brasília: NEAD especial, 2008, p. 39-66.

FERREIRA, C. S. BORGES, J. educação do campo em contraposição à educação no campo. In: ENGA: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 23., 2016, São Cristóvão/SE, *Anais...* São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016. p. 1-11.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GRAMSCI, Antonio./MONASTA, Attlio: Paulo Nosella. 2. ed.. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massagana, 2010.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo, Editora Atlas S.A, 2008. 200p.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs.** Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

HADDAD, Sérgio. Direito à Educação. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (org.) *Dicionário da Educação do Campo*. 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão popular, 2012. p.215-222.

LEITE, S. P; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (org.) *Dicionário da Educação do Campo*. 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão popular, 2012. p. 79-85.

MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. Educação do Capital. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (org.) *Dicionário da Educação do Campo*. 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão popular, 2012. p.538-545.

MARRIRRODRIGA, R. G. **Alternativas socioeducativas para a sustentabilidade na ruralidade.** In: BEGNAMI, J. B.; BURGHGRAVE, Thierry de. (org.) *Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade*. 1. ed. Goiás: UNEFAB, 2013. p 69-82.

MAZZETTO, Carlos Eduardo da Silva. **Do desenvolvimento insustentável à sustentabilidade do envolvimento: ou simplesmente bem viver?**. In: BEGNAMI, J. B.; BURGHGRAVE, Thierry de. (org.) *Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade*. 1. ed. Goiás: UNEFAB, 2013. p 83-94.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo, Editora atlas S.A. – 2002. p. 282.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boi Tempo, 2008.

MOLINA, M. C. Políticas Públicas. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (org.) *Dicionário da Educação do Campo*. 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão popular, 2012. p.585-594.

MICHELOTTI, Fernando. **Educação do Campo: reflexões a partir da tríade Produção – Cidadania – Pesquisa**. In: SANTOS, C. A. (org.) *Por uma educação do campo: Campo – políticas públicas – Educação*. 7. Ed. Brasília: NEAD especial, 2008, p. 87-96.

PUIG-CALVÓ, Pedro; GIMONET, Jean-Claude. **Aprendizagens e relações humanas na formação por Alternância**. In: BEGNAMI, J. B.; BURGHGRAVE, Thierry de. (org.) *Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade*. 1. ed. Goiás: UNEFAB, 2013. p 35-69.

OLIVEIRA, L. M. T.; CAMPOS, M.; Educação Básica no Campo. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (org.) *Dicionário da Educação do Campo*. 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão popular, 2012. p. 237-244.

RAMAL, Camila Timpani. **Ruralismo pedagógico versus concepção de educação do MST: abordagens divergentes de projetos de educação do campo no Brasil**. 2016. 154 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Programa de pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016.

RIBEIRO, M. Educação Rural. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (org.) *Dicionário da Educação do Campo*. 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão popular, 2012. p. 293-299.

ROCHA, Helianane, Oliveira. **A educação do campo nos espaços das lutas políticas dos movimentos sociais**. São Luís, EDUFMA, 2011.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**. Ensaio de ontologia fenomenológica. 15 ed., tradução de Paulo Perdiggão.- Petrópolis, RJ :Vozes, 2007.

_____. **O existencialismo é um humanismo**. Trad. Rita Correia Guedes: edt. Nagel, 1970. Tradução de L' Exitentealisme est um humanisme, 1970.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S.

(org.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1. Ed. São Paulo: expressão popular, 2009. P 57-72.